

CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO DA LARANJA NOS EUA E BRASIL

Bernardo Mançano Fernandes¹
Clifford Andrew Welch²

Introdução

Apresentamos uma análise das conflitualidades entre agronegócio e campesinato no processo de formação agroindustrial e mercantil do suco de laranja nos estados de São Paulo - Brasil e Flórida - Estado Unidos da América. Nossos objetivos são: a) apresentar o método de análise, a metodologia e o debate teórico que desenvolvemos para explicar nas escalas local e global, as relações e as questões do camponês citricultor e do agronegócio da laranja; b) divulgar os resultados das pesquisas realizadas na Flórida e em São Paulo; c) contribuir com as possibilidades de resistência do campesinato contra o agronegócio no mundo globalizado. Em nossas análises discutimos os conceitos de agronegócio, apresentado como um conjunto de sistemas e o campesinato compreendido como um sistema próprio e em grande parte é subalterno ao agronegócio.

A formação da citricultura na Flórida se desenvolve há dois séculos. Durante o século XIX, o campesinato predominava a cultura. Desde a década de 1930, contudo, a implementação de diversas políticas tem diminuído a participação do campesinato no processo produtivo. No agronegócio da laranja na Flórida, a agricultura camponesa enfrentou fortes obstáculos que minimizam suas possibilidades de resistência frente à agricultura capitalista. Apesar da imagem do campesinato ser intensamente utilizada pelo marketing do agronegócio nas embalagens de sucos, na mídia e inclusive na Internet, idealizando o agricultor familiar como o produtor predominante de sucos, a intensa terceirização da produção e o preço da terra têm expulsado muitos camponeses da citricultura norte americana. O aumento da representação virtual do camponês no marketing do agronegócio contrasta com a situação real do campesinato de laranja no Estado de Flórida, que se tornou apenas uma tentativa de sobrevivência frente ao aumento do processo de terceirização. Esta nova relação tem se desenvolvido por profissionais liberais que procuram uma “vida pastoral”, por meio da compra de terras, criação de pomares e construção de suas casas. Esses investidores contratam terceiros para fazerem os trabalhos de trato, colheita e venda da fruta.

Baseados na bibliografia, pesquisas de campo, dados estatísticos e no debate com amplo referencial teórico, apresentamos nossa análise da resistência do citricultor camponês frente ao processo de consolidação do agronegócio na Flórida. Nosso estudo parte dos seguintes fatores: a) pressão do agronegócio por meio das empresas processadoras com o crescente papel e predominância de citricultores capitalista nas associações dos produtores de laranja; b) a pressão do agronegócio por meio das empresas processadoras com aumento do poder político e econômico, que contou com apoio dos governos estadual e federal; c) terceirização da produção; d) introdução de novas tecnologias na produção de laranja e de suco; e) entrada do Brasil no mercado a partir dos anos 1970; e) crescimento da Flórida como destino de turistas e aposentados,

¹ Geógrafo - UNESP – Presidente Prudente – BRASIL - bernardo@pesquisador.cnpq.br

² Historiador - GVSU – Michigan – EUA - welchc@gvsu.edu – Professor Colaborador da UNESP – Presidente Prudente.

abrindo grande concorrência no mercado de terras, intensificando o aumento do preço da terra para usos agrícolas, turísticos e residenciais.

A formação da citricultura no Estado de São Paulo se desenvolve desde a década de 1910. Na década de 1960, inicia-se o processo de industrialização do suco concentrado e a exportação para os EUA. O processo de consolidação do agronegócio brasileiro da laranja começou na década de 1980, concentrando o poder de negociação em cinco grandes processadoras. A partir da década de 1990, a implementação da verticalização da produção tem diminuído intensamente a participação dos citricultores no processo produtivo. Somente nesta década, o número de citricultores passou de aproximadamente 25 mil para em torno de nove mil. Simultaneamente ocorreu a expansão dos pomares das empresas processadoras aumentando o seu poder político e econômico. Configura-se assim uma tendência de eliminar o citricultor camponês por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja. Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa os territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizada para a produção de laranja. O aumento da concentração de poder nas mãos do agronegócio resultou na organização da resistência por parte dos médios e pequenos citricultores, apresentando um diferencial com relação à situação de eliminação dos camponeses na Flórida..

Esta pesquisa foi realizada por um historiador e um geógrafo. Essa experiência foi gratificante porque no desenvolvimento das metodologias de pesquisa: entrevistas, pesquisas documentais, bibliográficas etc., as categoriais e conceitos das disciplinas: tempo, espaço, relação social, território permanência e transformação foram debatidas e utilizadas para melhor compreender os sujeitos e instituições que constroem as diferentes realidades aqui estudadas.

1 – As diferentes leituras teóricas e os conceitos de campesinato e agronegócio.

1.1. Discussão teórica

O título deste artigo pode parecer estranho para algumas pessoas que trabalham com o agronegócio da laranja, pois não encontramos estudos que analisem as conflitualidades entre camponeses e o agronegócio da laranja. Uma parte dos estudos teóricos trata os camponeses citricultores e os citricultores capitalistas como produtores de laranja, sem diferenciá-los (PAULILLO, 2000, FERNANDES JUNIOR, 2003). Outra parte dos estudos analisa o processo produtivo desde o ponto de vista do capital, de modo que os camponeses são considerados uma das partes do conjunto de sistemas que formam o agronegócio (NEVES e LOPES, 2005; BREY, 1985; HASSE, 1987,). Ainda há outra parte que considera sujeitos, relações e espaços apenas como elementos que compõem uma realidade determinada pelos parâmetros da análise (POLTRONIÉRI, 1976. DAVIS e GOLDBERG, 1957; GOLDBERG, 1968).

Essas visões representam diferentes leituras teóricas da agricultura, indústria e mercado de laranja que tratam de modos distintos a participação do camponês e os processos de expropriação aos quais estão submetidos. Esses tratamentos são opções políticas, por um lado, porque o campesinato não é seu objeto de estudo, por outro lado, porque as políticas de expropriação dos camponeses da produção da laranja são compreendidas como inerentes do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Assim

são raros os capítulos dessas obras sobre o tema ou artigos que tratam do campesinato. Somente uma leitura detalhada pode revelar os preconceitos dos analistas que colocam os camponeses como obstáculos a serem eliminados ou sujeitos a serem integrados no processo de formação dos sistemas do processo de produção do suco.

A nossa opção em estudar a participação do campesinato na agricultura da laranja é uma iniciativa para ler essa realidade desde os espaços de resistência e de subalternidade desses sujeitos. Procuramos compreender os desafios que enfrentaram e enfrentam no processo de expropriação por causa das políticas de controle que o agronegócio da laranja desenvolve. Com este trabalho, apresentamos uma outra visão, uma leitura teórica da agricultura, indústria e mercado da laranja em que o campesinato é estudado como sujeito que contribui e é eliminado por um determinado modelo de desenvolvimento econômico da agricultura da laranja. Essa contradição: contribuição – destruição é mais bem compreendida quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital.

Escolhemos a Flórida e São Paulo porque estes dois estados concentram em torno de 40% da produção mundial de laranja (ABCITRUS, 2006). Essa concentração é ainda maior porque a produção dos dois estados é responsável por 85% do suco de laranja consumido no mundo (FERNANDES JUNIOR, 2003; FAO, 2003). São apenas quatro processadoras de suco no Brasil e doze nos EUA, sendo que três processadoras estão presentes nos dois países: Cutrale, Citrosuco e Coinbra. Essa concentração é mais intensa porque quatro dessas empresas: Sucocítrico Cutrale Ltda.; Grupo Fisher Citrosuco Ltda.; Grupo Votorantim – Citrovita Ltda. e Coinbra – Comércio e Indústrias do Brasil controlam 85% do comércio mundial de suco (ASSOCITRUS, 2006). As três primeiras são empresas brasileiras e a quarta é propriedade do grupo familiar francês Louis Dreyfus. Em 2004, a Citrosuco e a Cutrale compraram o setor citrícola no Brasil da americana Cargil. A Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Coinbra (as 4 C's) disputam os mercados intensificando a concentração de poderes e territórios, especialmente com a terceirização e a verticalização da produção. Este processo levou citricultores capitalistas e camponeses a acusarem as 4C's de cartel, levando a realização de uma investigação de atividades ilegais: a operação Fanta pela entidade brasileira de fiscalização, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A primeira formulação do conceito de agronegócio (agribusiness) é de DAVIS e GOLDBERG, 1957. Para os autores, agribusiness é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

O capital controla todos os sistemas do complexo e utiliza o campesinato no sistema agrícola. No caso do agronegócio da laranja, os camponeses são responsáveis por uma parte importante da produção da fruta, sob controle total da indústria. Todavia, temos observado a tendência de verticalização e terceirização da produção, processos que têm expropriado o campesinato, porque o camponês vende a terra e deixa de ser

agricultor; ou expulsado, porque deixa de produzir laranja para suco e passa a produzir laranja para mesa ou a trabalhar com outra cultura e outras atividades.

O controle deste complexo de sistemas pelo capital, denominado de agronegócio, também tem dominado os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e políticas agrícolas. No caso do agronegócio da laranja, os sistemas industrial, financeiro e mercantil estão concentrados pela indústria, que controla o sistema agrícola intensificando a exploração dos produtores de laranja, capitalistas ou camponeses.

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com esta leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio, todavia, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas etc., os camponeses estão subalternos. O campesinato pode produzir a partir do sistema agrícola do agronegócio, contudo, dentro dos limites próprios das propriedades camponesas, no que se refere a área e escala de produção. Evidente que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital.

O conceito de camponês utilizado em nossa pesquisa é o do produtor familiar. A unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Compreender o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreende seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês. Todo camponês é um agricultor familiar, embora alguns autores não considerem que o contrário também é verdadeiro como é o caso de Romeiro (2002). A diferenciação entre agricultor familiar e camponês é mais uma tentativa de fragmentação e cooptação, como demonstrado em Fernandes (2007).

Consideramos camponeses citricultores os produtores familiares que utilizam predominantemente o trabalho dos membros da família, cujo número tem que ser maior que o número de trabalhadores assalariados, com exceção para os períodos de colheita. Consideramos citricultores capitalistas, evidentemente, os produtores familiares ou não que usam predominantemente o trabalho assalariado. Portanto, definimos campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente.

Utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas. Esta distinção das relações determina o uso do território. A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. Esta limitação determina a área de produção e, por conseguinte todas as relações que lhe são resultantes, por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida etc.

Neste sentido a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, o capital ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais valia supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo. Esta

distinção é essencial para compreendermos as diferenças entre os produtores camponeses e os produtores capitalistas.

Com esta utilização conceitual demonstramos três processos: 1) O campesinato sempre foi utilizado para a produção de laranja na Flórida e em São Paulo; 2) O controle do capital do processo agrícola cresceu no século XX e virou uma forma de subalternidade do campesinato, todavia nunca foi definitivo, porque o campesinato sempre criou formas de resistência; 3) O controle, resistência, expropriação e recriação do campesinato foram e são elementos da conflitualidade entre capital e trabalho no centro do processo histórico do desenvolvimento do agronegócio da laranja.

1.2. Metodologia

Para a elaboração deste artigo, realizamos trabalhos de campo na Flórida, na região de Lakeland, e em São Paulo na região de Bebedouro, onde conversamos e entrevistamos diversos citricultores: camponeses e capitalistas. Também visitamos diversas instituições, como o Departamento de Citrus da Flórida, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CITRICULTORES – ASSOCITRUS e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP.

Para a leitura dessas realidades, procuramos desenvolver um método de análise, destacando a participação do campesinato e dos citricultores capitalistas nas conflitualidades com as processadoras de suco de laranja no interior do complexo de sistemas denominado agronegócio. Essa leitura contém a intencionalidade de destacar o campesinato e suas formas de resistência e subalternidade, além compreender as diferentes estratégias do agronegócio para manter o controle sobre o sistema agrícola e assim intensificar a exploração sobre os citricultores.

A sustentação desta análise está baseada em ampla e atualizada bibliografia e dados estatísticos. Dessas diversas referências, promovemos o debate apresentando nossa leitura do processo em desenvolvimento de eliminação do camponês citricultor, a partir dos seguintes fatores: a) pressão do agronegócio por meio das empresas processadoras com o aumento do poder político e econômico e que conta com o apoio do governo; b) verticalização da produção; c) introdução de novas tecnologias na produção de laranja e de suco; d) tomada de consciência e formação de espaços por parte dos citricultores camponeses e citricultores capitalistas no enfrentamento com o agronegócio.

2 - Flórida: terra cara, controle tecnológico, produção terceirizada e camponês “só para consumidor ver”.

Na indústria de laranja da Flórida, a agricultura camponesa não conseguiu resistir à agricultura capitalista. Em geral, restam do campesinato apenas imagens de marketing, colocando - como produtor ideal de laranja e suco. Todavia, profissionais liberais procuraram “uma vida pastoril”, comprando pomares de laranja para localizar suas casas, contratando terceiros para fazer todo o trabalho de trato, colheita, e venda da fruta.

Esta trajetória da citricultura na Flórida vem sendo construída nos dois últimos séculos, principalmente pós-segunda guerra mundial, com a introdução de tecnologias de suco-concentrado nos anos 1940 e com a entrada do Brasil no mercado mundial desde os anos 1970. Outro fator de grande importância da época foi o crescimento do turismo,

principalmente de aposentados, abrindo uma grande concorrência no mercado de terras entre utilizações agrícolas, residenciais e de recreações.

A laranja foi introduzida na Flórida pelos conquistadores espanhóis no século XVI. Embora a fruta não tenha sido comercializada além do local até o século XVIII, as mudas da laranja azeda (*sour orange*) plantadas para os chamados efeitos medicinais são, até hoje, a raiz da maior parte dos pés de laranja na Flórida. As primeiras exportações da fruta vieram em 1776 quando o primeiro grande produtor de Laranja, o inglês Jessé Fish começou mandar a laranja azeda e suco para a Inglaterra. No século XIX, os Estados Unidos compraram o território da Flórida da Espanha e a produção expandiu para satisfazer mercados no norte do país.

Apesar da forte geada de 1894-95, a produção aumentou para seis milhões de caixas, quatro vezes mais que a produção dos lavradores na Califórnia. A importância da indústria foi reconhecida pelo governo federal que estabeleceu um posto experimental do Departamento de Agricultura em 1892. Em 1899, o estado também começou criar um setor dedicado ao melhoramento da lavoura de laranja (BREY 1985, p. 125-134; HASSE 1987, p. 10-17; Florida Agricultural Statistics, 2005, p. 4).

Os historiadores dão ênfase no desenvolvimento da agricultura capitalista, destacando a experiência dos donos de grandes pomares e comerciantes, mas a maior parte da produção era camponesa até meados do século XX. Depois da compra pelos EUA, o governo norte-americano atraiu camponeses para se situar na Flórida, oferecendo áreas de até 60 ha. para as famílias que conseguiram se estabelecer e expulsar os índios Seminole. Muitas famílias ocuparam áreas no vale do Rio dos Índios e plantaram laranja. Em 1865, depois da Guerra da Secessão, mais famílias migrantes chegaram para constituir pomares de laranja. O número de pequenos citricultores foi tão grande que o lavrador T. W. Moore escreveu o primeiro guia da citricultura em 1881. O livro se popularizou e três anos mais tarde já estava revisado e na terceira edição. (BREY 1985, p.131-134; MOORE 1884).

Um pesquisador norte-americano, James Brey, estudou o processo de diferenciação dos produtores de laranja. Mapeou a produção entre citricultores que definiu como agricultores “tradicionalis,” “mistos”, e “industriais”. Enquanto o autor procurou explicar a predominância dos industriais: os citricultores capitalistas – podemos utilizar a pesquisa dele para entender melhor o papel dos camponeses: tradicionais e mistos. Segundo Brey, teve um número significativo de camponeses na Flórida até a primeira metade do século XX. O autor afirma que eles se interessavam pouco pelo mercado nacional e mais para subsistência de suas famílias e o mercado local. A lavoura diversificada foi predominante, com a laranja integrada como parte da produção. De fato, por um bom tempo os pés de laranja eram nativos e a colheita da fruta feita na hora de consumo. “All grove work is done by members of the family,” Brey escreveu. “Land may be family owned or utilized on a sharecropping basis. In many cases it is unclear who actually owns the land.” Para o Brey, o que importa é que os lavradores industriais são totalmente dedicados à produção para o mercado enquanto os tradicionais tem poucos vínculos com o mercado. Para os industriais, o Brey destaca, “Profit maximization is at the top of the list of goals” (BREY 1985, p. 31-36). A influência dos tradicionais na história da indústria de laranja em Flórida é tão insignificante, concluiu o Brey, que foram “omitted from the discussion” (BREY 1985, p. 40).

Na linguagem do Brey, os agricultores mistos são os camponeses médios de Lenin. Como os tradicionais, a maioria do trabalho é feito por membros da família. Como os industriais, o agricultor misto está bem mais vinculado com o mercado e depende na laranja para a maior parte de sua renda. Para Brey, o agricultor misto pretende avançar para a situação do industrial, ou seja, o médio quer ser o grande. Mas, vários fatores complicam a transição. “Some ‘mixed’ citriculture will likely never become ‘industrial’ because of a lack of capital or a land tenure system which keeps grove plots very small and family controlled. Cultural resistance to change and the lack of reliable markets and transportation may also inhibit transformation.” A transformação deles foi dificultada principalmente pelas geadas que colocaram os produtores menos capitalizados em posições de difícil recuperação e assim sujeito a compra por lavradores com melhores condições e ambições de expansão. As geadas são de bastante importância na história da laranja na Flórida. Quando as árvores são estragadas pelo frio, o lavrador fica sem fonte de renda. O agricultor precisa de bastante capital para voltar a produzir depois de uma geada, já que leva até doze anos para uma árvore começar a produzir uma quantidade suficiente de fruta para dar lucro. São poucos os lavradores em condições financeiras para tanto tempo de espera (BREY 1985, p. 37-46).

Com as preocupações de um assessor da indústria, Brey enfatiza os fatores técnicos deste processo, deixando fora aspectos culturais e políticos como se não fossem relevantes para entender a história das transformações. Contudo, as políticas de desenvolvimento local do camponês expressou uma forma resistência contra a sua integração na agricultura capitalista. Lendo nas entrelinhas há expressão de conflito entre os camponeses e os capitalistas a partir da geada no final do século XIX. O primeiro sinal deste aspecto encontra-se na compra forçada das terras de camponeses que não conseguiram recuperar sua produção depois da geada, criando uma situação de concentração que colocou os agricultores maiores numa posição de vantagem para tentar controlar mais a indústria. Em 1909, os “industriais” se organizaram em a Florida Citrus Exchange, um cooperativa para promover a venda da fruta no nordeste dos EUA. O Exchange criou um sistema de contribuição dos citricultores para financiar pesquisa em comunicação, marketing, e a embalagem final do produto. O sucesso para eles foi o desenvolvimento de tecnologias para enlatar pedaços de laranja. Assim, a fruta foi preservada em conserva e podia ser transportada com maior segurança. O marketing da época destacou a laranja como algo indígena, natural, simples. Neste processo podemos observar a construção de imaginários - laranja oriunda de comunidades pequenas e trazidas para a mesa do consumidor pelas próprias mãos do agricultor familiar tornava-se mais saudável. O pequeno agricultor tradicional serviu como símbolo, mas as políticas procuradas pela Exchange estavam voltadas para ajudar a agricultura capitalista.

Em 1935, um grande avanço para os lavradores organizados foi a criação do Florida Citrus Code (Código Cítrico da Flórida). O grupo queria ordenar melhor o mercado e eliminar fruta de baixa qualidade que, na opinião do Exchange, poderia trazer para a indústria flóridiana de laranja em todo um nome sujo. O código criou uma comissão estatal para fiscalizar a indústria, gerado novos regulamentos que foram impostos em todos os agricultores, inclusive a imposição de uma taxa em cada caixa de laranja para pagar parte dos custos de controle de qualidade, pesquisa de mercado, e propaganda (BREY 1985, p. 139-144). Para os camponeses, a nova ordem tinha um significado determinado: deixá-los fora do mercado. O novo padrão de qualidade não

admitia fruta que não passasse em vários testes, entre eles o do olhar e composição. Os agricultores que não podiam satisfazer as demandas da comissão – a Florida Citrus Commission – não foram certificados e sua fruta não podia ser industrializada.

Esta situação de divisão mudou um pouco a partir do desenvolvimento de suco-concentrado-congelado durante a segunda guerra. A tecnologia foi aperfeiçoada em 1947 e o sucesso do suco no mercado já virou quase toda a produção nesta direção. Em 1948, em torno de 50% da produção do estado foram processadas como suco concentrado. Entre 1947-48, três fábricas produziram quase meio milhão de litros do produto; um ano depois, o número subiu para dez produzindo 2 milhões de litros. O suco concentrado teve a vantagem de reduzir a importância do olhar e composição da fruta, uma vez que tudo foi processado. “The post-war years were times of unparalleled prosperity for the Florida industry,” o Brey comentou (BREY 1985, p.144-146). Entre 1950 e 1965, a citricultura expandiu seu território no estado de Flórida e o número de fábricas de suco dobrou. Em 1950, produziu 60 milhões de caixas de laranja; em 1970, dobrou a quantidade e em 1980, foram 207 milhões de caixas produzidos (FERNANDES Jr. 2003, p. 17). A porcentagem da lavoura dedicada ao suco concentrado aumentou e atingiu 70% entre 1992-93 (Florida Department of Citrus 2005, 16). Em termos ecológicos, a expansão da citricultura causada pelo suco concentrado causou danos enormes porque as terras arenosas necessitaram toneladas de adubo químico para ser útil (HAMILTON, 2003). O alto preço dos agrotóxicos pirou a situação econômica dos citricultores camponeses.

Agora, foi o próprio êxito da indústria de suco concentrado que ameaçou os camponeses. O lucro atraiu grandes empresas como Minute Maid para investir nas terras e na produção do suco. O tamanho dos bosques aumentou e o número de donos diminuiu. “For the first time large corporate giants controlled the marketing of sizeable amounts of fruit and owned the acreage which produced it” (BREY 1985, p. 144-148). A potência do consumo norte-americano estimulou agricultores no Brasil a procurar maneiras de entrar no mercado. A agricultura de laranja no Estado de São Paulo já tinha uma tradição de produção de fruta para um mercado doméstico de “suco fresco” no Brasil e a geada flóridiana de dezembro de 1962, abriu caminho para a entrada dos brasileiros e investimentos norte-americanos. Dezenas de técnicos americanos de diversas empresas e até da USDA (o Ministério da Agricultura dos EUA) atenderam à demanda dos citricultores do Brasil ambiciosos para construir fábricas de suco concentrado e exportar seu produto para os EUA. (HASSE 1987, p. 162-185; FERNANDES Jr. 2003).

2.1 – O caso da família Story.

Para exemplificar esse processo, apresentamos o caso da família Story que acompanhou as transformações da indústria de laranja desde os anos 1930 e revela os transtornos que o campesinato enfrentou para sobreviver no contexto do crescimento da agricultura capitalista no Estado de Flórida. Em março de 2006, numa entrevista numa churrascaria tradicional na cidade central da indústria, Lakeland, FL, Victor Bernard Story, de 60 anos, nos contou a história da família e sua perspectiva sobre a situação dos agricultores familiares em Flórida (STORY 2006). Seu avô era comerciante e comprou um pomar de laranja de 20 hectares nos anos 1930. Era apenas um investimento, porque não tocava a lavoura. Depois que se aposentou, terceirizou o serviço. “Ele não foi um lavrador, na verdade, ele foi um negociante.” O pai de Victor seguiu os passos do avô, poupando

dinheiro nos anos 1940 e comprando mais um pomar em 1947. “Nós fomos criados lá e crescemos tocando a terra.” Foi uma época boa para os lavradores e em 1957, seu pai comprou mais dois pomares. Mesmo assim, na opinião do Victor, seu pai não foi um lavrador e sim um administrador que sempre trabalhava para empresas.

Essa tendência foi quebrada pelo Victor que se identifica como agricultor. Em 1963, ele começou estudar agronomia na faculdade, mas desistiu depois de quatro anos. Quando voltou para casa, ele começou trabalhar com o pai, comprando mais terras e a família chegou a possuir em torno de 1.000 hectares com pés de laranja por volta de 1989. Enquanto o pai cuidava das contas, Victor cuidava o trato das árvores e a produção das laranjas. Outros irmãos e genros do pai participaram e quando os filhos deles cresceram, também trabalharam no campo. Em 2006, prepara documentos para facilitar a herança para os netos e bisnetos de maneira a dar continuidade para a empresa da família.

A história da família se encaixa no processo de profissionalização, crescimento, e a formação do agronegócio. Victor é um médio ou até mesmo um grande produtor na classificação do Brey. Como tantas outras histórias de família não estiveram livres de transtornos. Até 1989, conseguiram crescer comprando as terras de camponeses. Uma geadada no mesmo ano, matou árvores em mais que 300 hectares. Para pagar as dívidas e tentar sobreviver acabaram vendendo quase 300 hectares e começaram uma nova companhia para cuidar os pomares de lavradores que terceirizavam a produção como seu avô. Em 2006, cuida de 1.200 hectares de clientes e da própria família. Tem uma equipe de 15 trabalhadores permanentes que trabalham na produção de citrus. Entre os clientes da família, tem proprietários e investidores de 12 até 320 hectares. Entre os primeiros têm acionistas tentando diversificar seus investimentos; entre os últimos, tem professores universitários e outros profissionais. (SPREEN 2006).

A geadada de 1989 mudou a vida da família Story e também da trajetória da indústria de laranja em Flórida. Pela primeira vez a importação de suco concentrado do Brasil ultrapassou a capacidade da produção da Flórida. Os lavradores entregaram 110 milhões de caixas de laranjas para serem processadas. Mesmo assim mais que 50% do suco consumido nos EUA foi importado do Brasil. Esta situação trouxe nos anos 1990 um processo de concentração da indústria, expropriando mais intensamente os pequenos e médios citricultores que tinham sobrevivido até então. O número de processadoras foi reduzido das 27 empresas com 29 fábricas que existiram em 1990 para 12 empresas com 18 fábricas em 2002. Significativamente, com a concentração, quase desapareceu a integração vertical da indústria: das 11 empresas que eram donos das fábricas e os pomares em 1990, sobreviveram só duas até 2002. Um testemunho do argumento que globalização é uma estrada de mão dupla, as maiores firmas que compararam as empresas norte-americanas são brasileiras (Citrocsuco e Cutrale) e a francesa (Louis Dreyfus). Cutrale comprou as fábricas da Minute-Maid, uma das marcas de suco mais famosas nos EUA, enquanto o gigante transnacional norte-americana Pepsi, comprou outra, a Tropicana. Em 1993, os pomares da Minute-Maid foram comprados pela King Ranch, Inc., um das maiores donos de terras agrícolas nos EUA (FERNANDES, Jr. 2003, p. 17-22; GRAHAM 2002, p. 218).

Story está impressionado com a seriedade e qualidade do trabalho dos brasileiros, mas também tem medo da indústria brasileira. Como a indústria de laranja floridiana em geral, ela acha que a competição do Brasil poderia acabar com a agricultura e a indústria de laranja da Flórida, se não fossem medidas protecionistas na política agrícola dos EUA,

como uma tarifa de US\$ 0.05 por litro de suco importado (Florida Department of Citrus 2005, p. 48).

As entidades que mais representam os agricultores de laranja na Flórida hoje em dia - a Florida Citrus Mutual, um lobby, e a Florida Department of Citrus, uma agência do governo estadual - se responsabilizam em munir seus sócios com pesquisas e dados sobre a indústria brasileira e floridiana. Além das políticas agrárias, tem uma empresa norte-americana que oferece um sentido de segurança para Victor, a cooperativa chamada Florida's Natural (Citrus World) (WIKIPEDIA 2004).

Florida's Natural reunia uma dúzia de organizações de citricultores com 1.200 sócios. Foi fundada em 1933 para ajudar os camponeses a juntar seus recursos para enlatar sua fruta e vendê-la. Assim, tentaram escapar da pressão dos regulamentos do Exchange. Mas a codificação da indústria pelo Estado forçou a cooperativa a se adaptar aos regulamentos. Para continuar funcionando, ela precisava respeitar a codificação, o que fez em 1987 com produção do suco natural em embalagem tipo longa-vida (chame-se NFC para Not-from-concentrate). Nos anos 1990, o consumo deste "suco natural" cresceu tanto, que tomou conta do mercado nos EUA (SPREEN 2000; Florida Department of Citrus 2005). O Estado e os dois grandes vendedores deste suco, Florida's Natural e Tropicana fizeram uma forte propaganda nacionalista sobre o conteúdo, insistindo que é puro suco de laranja floridiana, cercado um mercado que os brasileiros poderiam acessar.

O sucesso do produto e a profissionalização da cooperativa trouxeram para os administradores uma forma de controle que deixou de fora os próprios sócios produtores. Essas cooperativas são controladas por funcionários de alto nível que têm domínio das informações, sendo que os próprios produtores não tem poder de decisão. Story reclama, como é o caso de Florida's Natural. Mas, segundo ele, já que os donos são norte-americanos, ele acha importante manter esse poder para evitar uma dependência total nos processadores brasileiros.

Outra aspecto do sucesso de Florida's Natural que agrada o Story é sua campanha de propaganda vendendo a imagem do agricultor tradicional, como um camponês, de trabalho familiar de pequeno porte. Desde 2001, a propaganda passa a idéia de que o suco é tão fresco que o camponês comercializa diretamente com o consumidor. Ou seja a imagem da indústria não aparece. A legenda é "It's as close to the Grove as you can get." Para quem quiser ler a embalagem, vai encontrar um histórico mais completo: "Florida's Natural oj is made just from our fresh oranges, not from concentrate. And it's the only leading brand owned by a small coop of growers, so only our personal best goes into every carton." Viajantes virtuais do site da empresa, encontram imagens em preto e branco dos fundadores, descritos como homens simples e firmes, para apoiar o imaginário camponês. Turistas em Flórida estão convidados para visitar a Grove House (Casa do Pomar), uma loja feita para lembrar uma casa camponesa (Florida's Natural Growers 2006).

Enquanto uma representação do camponês vive na Internet, a situação do campesinato de laranja no estado de Flórida é de preservação parcial.. A pressão da agricultura capitalista, a intervenção do governo ao lado das empresas, a concentração dos processadores, a profissionalização das cooperativas, a globalização da indústria e o altíssimo preço de terra no estado, deixaram pouco espaço para a sobrevivência do camponês.

Tabela 1 - Número de propriedades com pomares por classes de área no Estado de Florida, 1954-2002

Classes de imóveis em ha.	1954	ha.	1964	ha.	1974	ha.	1982	ha.	1992	ha.	2002	ha.
Menos de 20	9.114	N.I.	11.512	47.796	7.130	29.254	6.001	29.367	5251	25.206	4920	23.884
20 a menos de 57	1.645	N.I.	3.436	48.578	1.907	38.750	1.787	34.405	1452	28.440	1317	29.392
57 a menos de 202	292	N.I.	2.432	63.220	1.224	54.790	1.031	52.225	874	46.646	834	49.301
202 a menos de 810	143	N.I.	1.463	214.798	558	89.037	504	92.696	396	73.668	363	67.221
Mais de 810	N.I.	N.I.	#	#	260	150.245	255	161.850	232	185.514	219	183.130
Total	11.194	255.575	18.843	374.392	11.079	362.076	9.578	330.543	8.205	359.474	7.653	352.928

Observação: para organizar esta tabela, foi necessária uma pesquisa ampla, reunindo os dados para compor esta tabela de modo a possibilitar uma comparação aproximada com os dados do Brasil. Por essa razão, apresentamos este longo e explicitado detalhamento das fontes.

Fontes: US Census Bureau, United States Census of Agriculture. 1954 (Soma da Tabela do Estado 4 – Farms and Farm Characteristics: Land in bearing and nonbearing fruit orchards, groves, vineyards, and planted nut trees; Áreas diferenciadas da Economic Area Table 4 -- Farms, Acreage, Value and Use of Fruit-and-nut); 1964 (Soma da Table 18 – Farm Characteristics, by Tenure of Operator: Land in Bearing and nonbearing fruit orchards, groves, vineyards, and planted nut trees), 1974 (Soma da Tabela 30 (Condados): Land in Orchards; valores diferenciados da Tabela 30 (Estado): Summary by Size of Farm: Land in Orchards), 1982 (Tabela 48: Summary by Size of Farm: Citrus Fruit), 1992 (Tabela 49: Summary by Size of Farms: All citrus fruits), 2002 (Tabela 61: Summary by Size of Farms: All citrus fruits). N.I. = não informado; # = para este ano, os valores dessa classe de área (mais que 810 ha) estão incluídos na classe de área precedente.

A participação percentual das propriedades com menos de 202 hectares no Estado da Flórida e dos imóveis com menos de 200 hectares no Estado de São Paulo é uma importante referência comparativa para conhecermos a participação das unidades predominantemente camponesas na produção da laranja. De acordo com os últimos dados que conseguimos: 1995/1996 para o Brasil e 2002 para os EUA, na Flórida e em São Paulo, estas unidades camponesas representam 92% dos produtores. Outra importante referência comparativa entre os dois países é a tendência histórica de concentração e marginalização. Os censos confirmam as tendências de concentração dos pomares nas mãos dos grandes proprietários e a conseqüente marginalização do citricultor camponês. Na Flórida, entre 1954 e 1964, o mercado de suco concentrado aumentou, criando oportunidades para o camponês, que cresceu como categoria, justamente na época que nasceu a agroindústria brasileira de suco, também em resposta do mercado em expansão. Daí até o presente, como mostra as estatísticas de 1974, 1982, 1992, e 2002 em Tabela 1, o número de unidades camponesas de todo tamanho reduziu por mais que 50%, perdendo mais que metade de seu território para o agronegócio.. No mesmo período, houve estabilidade no número dos maiores citricultores, mas uma expansão quase constante de suas áreas acima de 810 hectares. O resultado deste processo tem sido trágico para camponeses como a família Hancock.

2.2 – O caso da família Hancock.

No cinturão verde da cidade de Tampa, Florida, tem placas para o sitio Hancock Groves. Ao lado de uma estrada rural, tem um armazém azul, situado em frente de um pomar de pés de laranja. No lado da entrada encontramos uma placa comemorando a família Hancock por conseguir segurar no lugar como camponeses por mais que cem anos. Na parede do armazém há um placa, onde se lê: “A Century Pioneer Family Farm. For its continual ownership by one family for over 100 years, We Salute you. Bob Crawford, Agricultural Commissioner.” Dentro do armazém, há uma loja de lembranças e laranjas. Em fato, a unidade dos agricultores centenários é apenas um ponto turístico,

onde encontramos várias miniaturas, fabricadas na China, como um lápis com um jacaré (símbolo do estado) encaixado em uma das extremidades com uma borracha .

Conversamos com Robert Hancock, de 45 anos de idade, e seu pai Theodore, 87. Robert trabalhava no caixa da loja e carregava em seu cinto uma pistola, preocupado, aparentemente, com ladrões. Segundo Robert a família fundou a área no século XIX. Foram colonos que enfrentaram os índios Seminoles e sobreviveram. Praticou vários tipos de lavoura, inclusive a produção de castanhas e laranjas. Seguiu com a laranja até as geadas dos anos 1980 quando perderam centenas de árvores. Como a família Story, a família Hancock começou ganhar dinheiro com outra linha só que invés de ser nos serviços, abriu uma loja. Nos anos 1990, as laranjas que começaram voltar em produção pegaram a doença cankar e ninguém compraria a fruta. Os custos associados com a luta contra a doença que não tem cura, ficaram altos demais e os Hancock desistiram de ser citricultores. É uma versão da mesma história que a maioria dos camponeses já passou.

3 – São Paulo, controle político, verticalização da produção e descapitalização dos camponeses citricultores e dos citricultores capitalistas.

A formação da citricultura no Estado de São Paulo começou na segunda década do século XX. Na década de 1960, iniciou o processo de industrialização do suco concentrado e a exportação para os EUA. A consolidação do agronegócio brasileiro da laranja aconteceu em 1980 concentrando o poder de negociação em cinco grandes processadoras. A partir da década de 1990, a implementação da verticalização da produção foi intensificada, diminuindo a participação do campesinato citricultor e de citricultores capitalistas no processo produtivo. Somente nesta década, o número de citricultores passou de aproximadamente 25 mil para em torno de nove mil. Simultaneamente ocorreu a expansão dos laranjais das empresas processadoras aumentando ainda mais seu poder político e econômico. Configura-se assim a eliminação do citricultor familiar pequeno e médio por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja. Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa os territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizada para a produção de laranja. O aumento da concentração de poder nas mãos do agronegócio enfrenta a reação dos médios e pequenos citricultores.

3.1 - O caso da família Jangrossi

No trabalho de campo realizado na região de Bebedouro, visitamos citricultores pequenos, médios e grandes. Entre as propriedades visitadas destacamos o caso da família Jangrossi. São seis famílias camponesas cujas propriedades somam 240 hectares com laranjais no município de Cajobi. São descendentes de migrantes italianos que vieram trabalhar nas lavouras de café, se capitalizaram e compraram terras (BRAY 1974). Na década de 1980, com a intensificação da expansão da citricultura da laranja, os Jangrossi trocaram o café pela laranja. A situação família Jangrossi é um bom exemplo para ilustrar a situação dos camponeses citricultores.

Os Jangrossi estão sendo empobrecidos pelo aumento do controle político econômico das processadoras, que estão investindo na verticalização da produção. Eles informaram que não possuem controle algum sobre o processo produtivo. A lógica do agronegócio é controlar todas as formas de conhecimento, desde as tecnologias às formas

de negociação. Nos últimos anos, as processadoras maquinaram as condições de controle para determinar o tipo de contrato com o produtor. As processadoras se relacionam indiretamente com os produtores através de representantes, denominados “condomínios”.

Os “condomínios” são formas de controle políticos das informações e ocupam todos os espaços de decisão dos citricultores. Por exemplo: os controladores dos “condomínios” são mediadores entre as processadoras e os produtores e entre os citricultores e empresas que contratam assalariados para a colheita. Os “condomínios” mantêm o controle das informações referentes aos momentos de colheita e venda da produção.

Este controle de informações representa uma forma de subalternidade dos citricultores em relação às processadoras. Segundo os Jangrossi, a pessoa que controla o “condomínio” representa os interesses da processadora. Na renovação dos contratos de três anos ela exerce enorme pressão para que o produtor mantenha o contrato com a processadora. No caso dos Jangrossi, eles possuem um contrato para o período 2005 – 2007. O controlador do condomínio, em 2006, lhe ofereceu um preço maior por caixa de laranja para renovar o contrato já neste ano. E um preço menor para renovar o contrato em 2007.

Os Jangrossi afirmaram que a qualidade de vida da família é determinada por essa política. E essa qualidade vem declinando, mesmo que eles tenham intensificado o trabalho na laranja por causa da diminuição do preço e da produtividade. Os membros da família possuem escolaridade de nível fundamental e não têm conseguido continuar os estudos. Os conhecimentos que possuem a respeito do trato da laranja são os receitados pelas processadoras através de seus representantes.

Os Jangrossi são famílias camponesas em processo de descapitalização, resultado das mudanças na correlação de forças entre as processadoras e os citricultores que aconteceu a partir da primeira metade da década de 1990. Os Jangrossi, como a maior parte dos citricultores, caíram na trama das relações de poder maquinadas pelas processadoras.

Embora produzam laranja há décadas, há a possibilidade de mudarem de cultura, todavia, eles não estão interessados em plantar cana de açúcar, um commodity em expansão agressivo na região em que vivem. Porque não mudar, perguntamos. “A gente gosta de trabalhar,” respondeu **um Jangrossi**, “e a cana não exige trabalho, é só arrendar as terras”. Eles não vêem perspectivas de mudanças que não estejam sob controle do agronegócio. Não estão vinculados às associações de produtores, assim como a quase totalidade dos camponeses da região, que foram estudados por Romeiro (2002), em sua pesquisa dos agricultores familiares e camponeses citricultores em Bebedouro. São completamente dependentes das empresas processadoras.

A maior parte desses camponeses não utiliza políticas de crédito para investimento ou infra-estrutura. Em estado de descapitalização estão bastante limitados para investimento na renovação dos pomares. Esse conjunto de situações acelera o processo de expropriação. Desmobilizados e controlados pelas regras das processadoras, não possuem organização política e não participam de associações de representação de interesses. Nem, sequer, se relacionam diretamente com as processadoras, que os mantêm sobre controle por meio dos “condomínios”. (ROMEIRO, 2002).

As políticas de controle maquinadas pelas processadoras que constroem as condições de descapitalização também criam uma forma de compreensão generalizada

em que transparece o camponês como o problema do processo e, portanto uma tendência de os marginalizar até ser eliminados. Para uma leitura ampliada dessa realidade, as tabelas a seguir são algumas das poucas referências disponíveis para uma análise do processo de expropriação dos camponeses citricultores. Observa-se que a participação relativa no que se refere aos pés em produção, renovação do pomar e participação relativa na produção do Estado de São Paulo.

Classes de imóveis em hectares	1980	%	1985	%	1990	%	1995	%
Menos de 50	15.063	73,1	18,215	74,9	14.728	66,5	17.869	66,6
50 a menos de 200	3.811	18,5	4.168	17,1	5.373	24,2	6.806	25,5
200 a menos de 1000	1627	7,9	1.710	7,1	1.903	8,6	1.943	7,2
Mais de 1000	98	0,5	207	0,9	153	0,7	194	0,7
Total	20.599	100	24.300	100	22.157	100	26.812	100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (In Vieira, 1998, p. 97)

Classes de imóveis em ha.	1980	%	1985	%	1990	%	1995	%
Menos de 50	12756,849	52,7	7238,139	21,9	6447,890	15,4	12432,580	24,8
50 a menos de 200	3329,629	13,8	8375,780	25,3	12473,942	29,7	9507,189	19,0
200 a menos de 1000	6909,401	28,6	11832,432	35,8	16720,680	39,8	18502,635	37,0
Mais de 1000	1214,357	5,0	5641,665	17,1	6207,408	14,8	9606,442	19,2
Total	24210,236	100,0	33088,061	100,0	41.949,923	100,0	50048,852	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (In Vieira, 1998, p. 112)

Classes de imóveis em hectares	1980	1985	1990	1995
Menos de 50	35,9	33,4	26,0	21,8
50 a menos de 200	27,3	23,4	29,4	30,8
200 a menos de 1000	31,3	35,0	34,8	28,2
Mais de 1000	5,5	8,2	9,8	19,3
Total	100,0	100,0	100	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (In Vieira, 1998, p. 107)

Ao analisarmos os números absolutos da tabela 1, observamos que o campesinato – representado numericamente pela classe de imóveis com menos de 50 ha. - manteve sua participação no período 1980 – 1995. O pequeno crescimento do número de imóveis de menos de cinquenta hectares e a permanência da capacidade de renovação de pomares, como demonstrado na tabela 2, são representações das tentativas de manutenção dessa classe. Todavia, o crescimento dos imóveis com mais de 1000 hectares representa o forte processo de verticalização industrial na expansão dos laranjais das processadoras. Observe que esta classe cresceu de 98 para 194 imóveis. Isto pode significar mais de cem mil hectares de laranja.

Esse processo de territorialização explica a razão do crescimento da participação na produção total do estado de 5,5% para 19,3% dessa classe de imóveis, o que também contribuiu para a diminuição da participação dos imóveis de menos de cinquenta hectares. Já as classes com 200 a menos de 1000 que representam os citricultores capitalistas médios e médios grandes, embora o número absoluto de imóveis tenha crescido no período 1980 – 1985, sua participação relativa na produção total do estado também caiu.

Contraditoriamente, a participação dos imóveis de mais de 50 e menos de 200 hectares quase que duplicou no período e teve pequeno aumento na participação relativa na produção total do estado. Esta contradição também demonstra a persistência do citricultor e o interesse das processadoras em manter outros produtores. Nesta classe

estão camponeses citricultores e citricultores capitalistas. Nesta nuance de crescimento e queda, de verticalização e expansão da participação das processadoras na agricultura da laranja e de expansão e destruição dos citricultores camponeses e dos capitalistas está ocorrendo a tendência à concentração.

Essa tendência de concentração, segundo a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CITRICULTORES – ASSOCITRUS (2006) se intensificou na década de 1990 diminuindo de 25 mil para nove mil o número de produtores de laranja. A ASSOCITRUS tem atuado no sentido de mudar o rumo desta tendência propondo a criação de novos espaços políticos para fortalecer os produtores de laranja. Mas essa atuação contém sua contradição. Ao mesmo tempo em que a ASSOCITRUS age contra as processadoras atua a favor do agronegócio, que está sob controle das processadoras.

3.2 – ASSOCITRUS – resistência e subalternidade dos citricultores ao agronegócio

A ASSOCITRUS não é uma entidade de classe. Assim como sua rival, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CITRUS – ABCITRUS. A primeira representa os interesses dos citricultores capitalistas e camponeses citricultores. Atua somente no sistema agrícola. A segunda representa os interesses das processadoras que atuam em todos os sistemas do agronegócio da laranja. São, portanto, associações diferentes que fazem parte do complexo de sistemas do agronegócio.

A ASSOCITRUS é uma associação que procura ser representativa para defender os interesses dos citricultores dentro do complexo de sistemas do agronegócio da laranja. Entre seus objetivos também procura dar suporte técnico e jurídico aos citricultores. Nos últimos anos tem atuado sistematicamente contra a estratégia das processadoras para diminuição do número de citricultores e intensificação da verticalização da produção de laranja.

A ASSOCITRUS procura representar, portanto, uma parte do sistema agrícola do agronegócio da laranja. Porque, como demonstramos na parte anterior, com o processo de verticalização de produção pela indústria, as processadoras têm aumentado sua participação na produção da laranja, aumentando também o seu poder de imposição de condições na negociação com os citricultores.

Em seu site na Internet a ASSOCITRUS informa que pretende “resgatar a harmonia do setor citrícola”. Todavia, encontra muitas dificuldades na correlação de poderes dentro do complexo de sistemas do agronegócio. Como a associação representa um sistema e que não produz tecnologia, seu poder é extremamente limitado. Os citricultores produzem laranja para o complexo de sistemas do agronegócio da laranja. As processadoras também produzem laranja, as tecnologias e os conhecimentos para a produção. E ainda produzem as políticas que determinam a comercialização da produção.

Com esse nível de controle as processadoras podem **influenciar** quantos e quais citricultores vão permanecer produzindo. A ABCITRUS é um fórum para que as processadoras possam traçar suas estratégias de dominação. Nesta correlação de poderes, a ASSOCITRUS defende os direitos e interesses dos citricultores que são controlados pelas processadoras. Nessa condição, as processadoras têm o controle quase que absoluto sobre os citricultores. Esse controle é determinado pela escala de produção, pelo domínio de diferentes sistemas: produção, indústria, mercado, financeiro etc. Portanto, enquanto

as processadoras têm poderes geopolíticos e econômicos em escala internacional, a ASSOCITRUS está procurando construir poder político local.

Paulillo (2001) apresenta uma análise da correlação de poder em que nos anos 1980, o Estado regulava as políticas de negociação. A ASSOCITRUS e a ABCITRUS estavam subordinadas às regulamentações do Estado, sendo que a primeira mantinha apenas poder de político, enquanto a segunda mantinha poderes políticos e econômicos. Nos anos 1990, essa correlação mudou. O Estado foi rebaixado da condição de regulador para a condição de mediador. Esta nova postura do Estado afetou a relação entre citricultores e processadoras. Enquanto a ASSOCITRUS viu seu poder político diminuir, a ABCITRUS ampliou e concentrou seus poderes econômicos e políticos.

Essa concentração de poder possibilitou a expansão da verticalização da produção, eliminando em torno de 16 mil produtores. Com o controle da tecnologia de produção e dos mecanismos de comercialização, as processadoras determinam as condições de negociação da laranja, não restando nenhuma forma de resistência aos produtores.

A ASSOCITRUS acredita que “a soma de forças será capaz de resgatar e manter a citricultura (...) para fazer com que o campo e as cidades voltem a crescer de forma sustentável”. E que a participação dos citricultores “é indispensável para que a associação prove sua representatividade junto ao governo e às indústrias”. Acreditando nesta possibilidade a ASSOCITRUS está participando do Conselho Superior do Agronegócio da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, que reúne entidades e empresas de todos os sistemas do agronegócio.

Com essa compreensão da realidade, a ASSOCITRUS busca saída dentro do agronegócio. Procura construir representação para defender os citricultores capitalistas e camponeses que compõem a maior parte do sistema agrícola do agronegócio da laranja. E procurando romper com esse esquema de poder da ABCITRUS, a ASSOCITRUS vem desenvolvendo políticas para a defesa dos interesses dos citricultores capitalistas e dos camponeses citricultores.

Uma forma de acumular poder no enfrentamento com a ABCITRUS é a reunião de informações referentes aos sistemas de produção e comercialização, defendendo mudanças nas relações entre os produtores e as processadoras, principalmente no que se refere à verticalização e ao preço pago pela caixa de laranja. A luta da ASSOCITRUS contra o poder das processadoras a tem aproximado da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP. Este é uma característica nova criada pelo controle político das processadoras, em que produtores e trabalhadores assalariados desenvolvem matrizes discursivas contra o poder excessivo do agronegócio da laranja (NEVES 2006).

Esse processo fez com que os produtores acusassem as processadoras de formação de cartel. Em janeiro de 2006, em uma operação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, foram apreendidos diversos documentos nas sedes das processadoras. Esta investigação ficou conhecido como Operação Fanta e tornou-se um trunfo para os produtores. A existência de informações em computadores e documentos apreendidos, embora não conhecidos pelos produtores representa uma força para os citricultores. As processadoras estão propondo acordos para evitar o conhecimento dos documentos e no trâmite do processo, as processadoras têm

conseguido impedir que os conteúdos dos documentos apreendidos sejam conhecidos, reforçando sua posição na correlação de forças.

Os camponeses citricultores paulistas não têm uma forma de organização de classe e, portanto, nem perspectiva de autonomia dentro do agronegócio. A perspectiva de existência do campesinato dentro do complexo de sistemas do agronegócio é tanto conjuntural quanto estrutural. Conjuntural quando a participação do campesinato na produção da commodity é de interesse do agronegócio, como é o caso da laranja que está em processo de mudança do sistema produtivo com a intensificação da verticalização e da terceirização da produção. Estrutural quando o agronegócio não consegue construir as condições para dominar totalmente o sistema agrícola. É o caso do tabaco e da uva, em que a produção predominante é camponesa.

Os camponeses citricultores e os citricultores capitalistas estão diante de um dilema: as formas associativas e suas estratégias são suficientes para garantir a suas existências?

4. Considerações finais

Neste trabalho analisamos a relação entre campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil. Observamos que nos dois países, por diferentes processos, o campesinato vem sendo marginalizado do processo produtivo da agricultura da laranja. Todavia, somente no Brasil encontramos alguma forma de resistência através da ASSOCITRUS, que tem reunido citricultores capitalistas e camponeses citricultores. Nos EUA, a resistência é fragmentada e a recriação frágil e isolada.

O agronegócio da laranja é um complexo de sistemas altamente concentrado e controla a maior parte do mercado mundial de suco de laranja. Essa concentração faz com que São Paulo e Flórida formem “uma região” controlada por quatro empresas processadoras e exportadoras de suco de laranja.

Na atual correlação de forças, o campesinato não tem perspectivas dentro do agronegócio da laranja. Só lhe resta a possibilidade de migrar. No caso dos EUA, tivemos informações de camponeses que migraram para o Belize. No caso do Brasil, não encontramos nenhuma referência de migração **física**, nem no trabalho de campo, tampouco na bibliografia e nos documentos estudados. **Contudo, encontramos camponeses ou migrando suas terras por outras culturas, principalmente cana-de-açúcar, ou experimentando com o mercado da fruta fresca, assim saindo da matriz do agronegócio do suco.**

Esse processo de expropriação e resistência está em movimento, considerando que novas formas de organização podem surgir. As processadoras investem predominantemente no suco concentrado, enquanto o mercado doméstico no Brasil ainda é pouco explorado, ao contrário dos EUA. **Lá, as implicações para os produtores do crescente mercado de suco “fresco” – o suco NFC – ainda não é claro.** Persistindo as políticas de terceirização, verticalização e aumento de poder das processadoras, os produtores capitalistas e os camponeses continuarão perdendo território para as transnacionais.

Compreendendo o agronegócio como totalidade, não há outras perspectivas para os citricultores. A recuperação do papel regulador do Estado pode representar uma atenuação no poder das processadoras, que hoje determinam a maior parte das regras na

correlação de forças. A recuperação de poderes por parte dos citricultores está na condição de criar e propor novas relações com as processadoras e construir relações políticas para limitar as novas regras que elas criam para defender seus interesses e criar privilégios.

Essa contradição: contribuição – destruição é mais bem compreendida quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital. Mesmo assim, sua persistência é um fato histórico impossível a negar.

Bibliografia

ASSOCITRUS - Associação Brasileira de Citricultores. **ASSOCITRUS – Quem somos?** 2006. <<http://www.associtrus.com.br/?goto=associtrus>> Acesso em 10 de setembro, 2006.

ABCITRUS - Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus. **Produção e Exportação de Laranja.** <http://www.abecitrus.com.br/producao_br.html> Acesso em 10 de setembro, 2006.

BRAY, Silvio Carlos. **A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura da laranja.** Diss. de mestrado, Geografia, UNESP-Rio Claro. 1974.

BREY, James Arnold. **Changing spatial patterns in Florida citriculture, 1965-1980.** PhD. Diss. Geography, University of Wisconsin -- Madison, 1985. 539 f.

DAVIS, John, H. GOLDBERG, Ray, A. **A concept of agribusiness.** Boston: Harvard University Press, 1957. 143 f.

ECONOMIC AND MARKET RESEARCH DEPARTMENT. **Florida Department of Citrus, Citrus Reference Book,** 2005.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura.** São Paulo: Editora da USP, 405 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, A. M. (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2007. No prelo.

FERNANDES Jr., Waldir Barros. **Analyses of the world processed orange industry.** Ph. D. Diss., Food and Resource Economics, University of Florida, 2003. 108 f.

FLORIDA'S Natural Growers. 2006. **Florida's Natural Growers.** <<http://www.floridasnatural.com/main/index.php>> Acesso em 10 de setembro, 2006

FURTADO, Rogério. **Agribusiness brasileiro: a história.** São Paulo: Evoluir, 2002. 252 p.

GRAHAM, Don. **Kings to Texas: The 150-year Saga of an American Ranching Empire**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2002. 305 p.

HAMILTON, Shane. Cold Capitalism. The Political Ecology of Frozen Concentrated Orange Juice. **Agricultural History** v.77, n4, p. 557-581. Otono, 2003.

HASSE, Geraldo. **The Orange: A Brazilian Adventure, 1500-1987**. Traduzido por Kevin MUNDY. São Paulo: Duprat & Iobe Publication, 1987. 297 p.

JOHNSTON, Jo-Ann. Loss of Farms Alters Florida's Complexion. **Tampa Bay Online**. 26 de março, 2006. <<http://www.tbo.com/news/metro/MGBDAZ8W8LE.html>> Acesso em 9 de maio, 2006.

MOORE, T. W. 1884 [1881]. **Treatise and Handbook of Orange Culture in Florida, Louisiana and California**, 3d ed. New York: E. R. Pelton and Company.

NEVES, Elio. **Entrevistado** pelo WELCH, Clifford Andrew e FERNANDES, Bernardo Mançano. Trans. Ana Cristina. Araraquara. 30 de junho, 2006.

NEVES, Marcos Fava. LOPES, Frederico Fonseca (org.). **Estratégias para a Laranja no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2005. 225 p.

PAULILO, Luiz Fernando. ALVES, Francisco (org.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Paulo: EDUSFSCar, 2002. 350 p.

PAULILO, Luiz Fernando. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**. São Paulo: RIMA: EDUSFSCar, 2000. 200 p.

PAULILO, Luiz Fernando. **Redes de relações e poder de negociação: uma análise do caso citrícola brasileiro**. In *Gestão & Produção*, v8, n3, p.250-270. Dez, 2001.

POLTRONIERI, Ligia Celoria. **Difusão Espacial da Citricultura no Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Geografia, 1976. 108 p.

ROMEIRO, Vanda Marques Burjaili. **Gestão da pequena unidade de produção familiar de citrus: uma análise dos fatores influentes no sucesso do empreendimento do ponto de vista do produtor em Bebedouro – SP**. 242 p. Diss. de Mestrado em Engenharia de Produção. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2002.

SPREEN, Thomas H. e MURARO, Ron. **The World Market for Citrus Products and Risk Management for Florida Citrus Growers**. Citrus Risk Management Series FE 195, Department of Food and Resource Economics, Florida Cooperative Extension Service, Institute of Food and Agricultural Sciences, University of Florida, Gainesville, FL. 2000.

SPREEN, Thomas H. et al. **An Economic Assessment of the Future Prospects for the Florida Citrus Industry**. Institute of Food and Agricultural Sciences, University of Florida, Gainesville, FL. 2006.

SPREEN, Thomas H.. Entrevistado por Clifford Andrew WELCH e Bernardo Mançano FERNANDES. University of Florida, Gainesville. 24 de março, 2006.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Da monocultura ao agribusiness**. Brasília: EMBRAPA, 2005. 141 p.

STORY, Victor Bernard. **Entrevistado** por. WELCH, Clifford Andrew e FERNANDES, Bernardo Mançano. Unesp - Presidente Prudente. Lakeland, FL, 23 de março, 2006.

USDA – United States Department of Agriculture. **Census of Agriculture**. State Data. Summary by Size of Farm. 1992, 1997, 2002. Washington, DC: Government Printing Office.

VIEIRA, Ana Cláudia. **Desafios para os pequenos produtores de laranja do Estado de São Paulo diante dos novos fatores na relação agricultura – indústria nos anos 90**. 191 p. Diss. de mestrado em Engenharia de Produção. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, 1998.

WIKIPEDIA. **Florida's Natural Growers**. http://en.wikipedia.org/wiki/Citrus_World> 2004. Acesso em 4 de maio, 2006.

WITZIG, John e MONGIOVI, Nelson L. Florida Department of Agriculture, Florida **Agricultural Statistics, Citrus Summary 2003-2004** (2005).